_ SEG_ Fernando Cabeira _ Demétrio Magnoli (quinzenal) _ Miguel de Almeida (quinzenal) _ Joaquim Santana (quinzenal) _ Washington Olivetto (quinzenal) _ Pretto Zezé (quinzenal)
_ TER_ Merval Pereira _ Pedro Doria _ QUA_ Vera Magalhães _ Elio Gaspari _ Bernardo Mello Franco _ Roberto Dañiella (quinzenal) _ QUI_ Merval Pereira _ Malu Gaspar
_ SEX_ Vera Magalhães _ Fábio Oliveira _ Bernardo Mello Franco _ SÁB_ Carlos Alberto Sardenberg _ Eduardo Affonso _ Pablo Cristóbalo _ DOM_ Merval Pereira _ Dorrit Harazim _ Bernardo Mello Franco

DEMÉTRIO MAGNOLI

blogs.oglobo.globo.com/opiniao
editoria.artigos@oglobo.com.br

É o rabo que abana o cachorro

A falsa noção de que Israel é um instrumento geopolítico das estratégias de Washington no Oriente Médio faz parte do manual de dogmas da esquerda. Joe Biden cometeu o maior erro de sua longa carreira ao acreditar nela, imaginando que exerceria influência decisiva sobre a condução da guerra em Gaza.

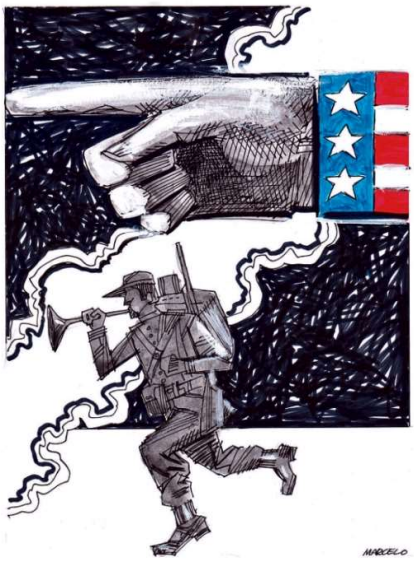
"Quem, porra, ele pensa que é? Quem, aqui, é a porra da superpotência?", rosnou Bill Clinton para seus assessores em 1996, depois de suportar uma preleção de Netanyahu. Nas relações dos Estados Unidos com Israel, é o rabo que abana o cachorro.

Israel opera segundo seus próprios interesses — ou, dito de outro modo, segundo o que seus governos definem como o interesse nacional. Da expedição militar a Suez, em 1956, à expansão dos assentamentos, a partir de 1977, o Estado judeu adquiriu o hábito de contrariar seu maior aliado. Uma das raras exceções relevantes foi a concessão de Golda Meir a Henry Kissinger, poupando o sitiado 3º Exército egípcio na guerra de 1973. A primeira-ministra pagou o preço da providencial ajuda militar americana na fase crítica do conflito — e abriu caminho para os acordos de paz com o Egito.

Biden abraçou Netanyahu, física e politicamente, no dia seguinte às atrocidades do Hamas do 7 de Outubro. Daí, dirigiu Blinken, seu secretário de Estado, o Pentágono e a CIA a operarem com o governo e as forças armadas israelenses. A ideia do presidente era moldar a guerra em Gaza de forma a minimizar o sofrimento da população civil e, ao mesmo tempo, esculpir uma saída política para a crise. A "porra da superpotência" fracassou nas duas metas, chocando-se contra o rochedo da sabotagem de Netanyahu.

A ambição de Biden era fazer um rato parir uma montanha. Blinken percorreu várias vezes as capitais árabes do Oriente Médio para articular o "day after": um acordo de administração de Gaza pela Autoridade Palestina (AP) com amparo militar e financeiro egípcio, jordaniano, saudita e dos Emirados Árabes. No fim do arco-íris, surgiria um acordo de paz entre Israel e Arábia Saudita, em troca de um roteiro rumo ao Estado palestino.

O edifício projetado por Biden selaria uma vasta aliança patrocinada pelos Estados Unidos, isolando o Irã e suas milícias regionais. Netanyahu vetou cada parte do plano, enquanto promovia uma brutal punição coletiva dos palestinos em Gaza, mas também na Cisjordânia. Na prática, em nome da preservação de sua coalizão de governo com fanáticos supremacistas judaicos, rejeitou a oferta de um acordo com a AP, explodindo preventivamente as fundações de uma ordem estável pós-Hamas.



Os Estados Unidos resmungaram, depois rosnaram — e, finalmente, ajoelharam. Na ONU, desistiram dos vetos a resoluções de cessar-fogo. Ao telefone, num diálogo dramático, Biden exigiu de Netanyahu, como mínimo, a desobstrução da ajuda humanitária aos civis de Gaza. Circula a versão verossímil de que, nesse telefonema, brandiu a ameaça de interrupção do envio de material bélico ofensivo. O canhão, porém, não tinha obuses. O Congresso acaba de aprovar um bilionário pacote de transferências militares extraordinárias a Israel.

O equívoco sai caro. No plano internacional, o vencedor da guerra de Netanyahu chama-se Vladimir Putin. No plano interno, chama-se Donald Trump. Washington assiste, impotente, à estagnação dos Acordos de Abraão, que se concluiriam com a normalização de relações entre Israel e Arábia Saudita. Mas, sobretudo, experimenta a reação do "Sul Global" à tragédia humana em curso, que projeta um cone de sombra sobre os atentados do Hamas em 7 de outubro. A guerra de Netanyahu tornou-se a guerra de Biden. O presidente perdeu a aura de protetor de uma ordem internacional baseada em regras conferida pela invasão russa da Ucrânia.

Nos Estados Unidos, a onda de protestos nas universidades sinaliza algo mais profundo: a indignação generalizada dos jovens diante da interminável mortandade em Gaza. Há indícios de que uma base eleitoral segura dos democratas pode desistir de votar, assestando um golpe fatal nas chances de Biden. O rabo que abana o cachorro tornou-se um grande eleitor de Trump.

PRETO ZEZÉ

blogs.oglobo.globo.com/opiniao
editoria.artigos@oglobo.com.br

A favela na agenda global!

Cada vez mais, milhões de pessoas se deslocam para os grandes centros urbanos, fazendo das cidades uma grande arena de disputas e desafios mundiais. Sem planejamento, esses milhões de pessoas se acotovelam para conseguir viver mais perto da infraestrutura dos centros, das áreas comerciais e dos territórios economicamente mais ativos e, numa corrida desenfreada, se amontoam gerando grandes exércitos de excluídos de possibilidades de existência digna e de meios básicos de sobrevivência, já que viver com qualidade é condição apenas para quem pode pagar para permanecer nessas áreas.

Os desafios têm várias camadas que recortam essa nova configuração e, nesse sentido, a adoção pelo IBGE da nomenclatura e definição de "favelas e comunidades urbanas" ajuda a desinvisibilizar as populações e territórios sobrantes do paraíso da inclusão.

Como efeito colateral, a população das favelas e comunidades urbanas já soma quase 20 milhões. Caso fosse um estado, seria o quarto mais populoso da Federação brasileira. Sua potência econômica, mesmo diante da ausência de serviços públicos de qualidade, chega a mais de R$ 200 bilhões em poder de consumo anual. É geração de riqueza.

O debate sobre território está vivo no planeta todo, já que pessoas cruzam desertos e oceanos para procurar uma possibilidade de vida em terras de Primeiro Mundo. Milhares de refugiados sofrem todos os dias vítimas da guerra e da fome. Há aqueles que se deslocam diariamente das áreas rurais para os grandes centros. Todos procuram se estabelecer num terreno tranquilo, onde tenham pão, paz e terra.

Conferências que seguem até setembro de 2024 têm como objetivo central colocar a favela no mapa do G20

Diante do desafio de conectar globalmente as demandas dessas áreas invisibilizadas, a Central Única das Favelas (Cufa), a Frente Nacional Antirracista e a Frente Parlamentar das Favelas lançam hoje no Complexo da Penha/Alemão, no Rio de Janeiro, as Conferências Internacionais das Favelas (CIF20), com chancela do G20 Social e parceria da Unesco. Como não queremos substituir o poder público, mas ao mesmo tempo queremos o diálogo com todas as esferas, contamos com a parceria do governo do Estado do Rio, da Prefeitura do Rio e também da TV Globo e da Trace.

As CIF20 serão encontros que vão mapear e endereçar as demandas das favelas e periferias, no Brasil e noutros 40 países, até a cúpula do G20 em novembro. Um documento será entregue a todos os chefes de Estado presentes, para que as favelas pautem a cúpula, e não sejam apenas coadjuvantes desse processo decisório mundial.

As conferências serão divididas em fases ao longo dos meses de abril, maio, junho e julho e serão produzidas e realizadas pelas Cufas desses países. A primeira fase conteça hoje no Brasil e, ao longo do mês de maio, acontecerá nos seguintes países: Luxemburgo, Suécia, Cazaquistão, Rússia, Uzbequistão, Bélgica, Reino Unido, República Centro-Africana, República Democrática do Congo e Moçambique. Essas conferências, que seguem até setembro de 2024, têm como objetivo central colocar a favela no mapa do G20, trazendo contribuições de todos os continentes, organizando questões sociais, políticas e econômicas específicas desses territórios para endereçá-las aos tomadores de decisão como parte da agenda do G20.

ARTIGO

Uma rodovia à deriva: retomada das obras já!

CARLO ALBERTO BOTTARELLI

Numa louvável iniciativa do governo federal, o Ministério dos Transportes estabeleceu em 2023 uma nova política para repactuação de contratos de concessão, visando a destravar a infraestrutura brasileira, retomando obras paralisadas e gerando empregos e renda. A iniciativa teve adesão de 14 concessionárias. Soma-se a isso o interesse do Tribunal de Contas da União (TCU) em também colaborar para a resolução de conflitos por meio da Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (SecexConsenso). Essa união de esforços, que tem como foco o interesse público e o restabelecimento da segurança jurídica, é o arranjo necessário para a retomada imediata das obras da Nova Subida da Serra (NSS) da BR-040 e de sua conclusão em menos de três anos.

Desde que passou a operar o trecho da BR-040 entre o Rio e Minas Gerais, há 28 anos, a Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio (Concer) realizou investimentos que atingiram aproximadamente 200% das obrigações originais. Executou obras para ampliação da rodovia em Duque de Caxias, duplicação de pista simples em Minas Gerais e, entre outras coisas, construção de 28 passarelas (18 além das previstas em contrato). Os problemas da rodovia, por muitos anos considerada uma das melhores do país, começaram em 2014 com a inadimplência da União, que não fez os aportes financeiros, previstos em contrato, para a construção da NSS. Ela foi incluída no leilão sem a existência de projeto básico no edital de licitação, e o valor final das obras só foi definido pelo poder concedente na década passada. Para reequilibrar o contrato inicial, um termo aditivo previu três aportes da União e a extensão de prazo da concessão caso os aportes não ocorressem.

Manter o impasse que impede a conclusão das obras em curto espaço de tempo pode satisfazer a alguns, mas não à sociedade brasileira

A Concer iniciou a NSS em 2013, mas recebeu menos de 20% do total dos aportes financeiros previstos. A companhia custeou a duplicação da serra fluminense com recursos próprios e empréstimos bancários até julho de 2016, quando se viu obrigada a paralisar as obras diante da inadimplência da União em suas obrigações, enfrentando uma crise financeira de grandes proporções. Segundo perícia judicial, 46,7% da nova pista está concluída, bem como 70% do túnel que atravessa a serra e preserva mais de 20 hectares de Mata Atlântica.

Questionamentos do TCU sobre recolhimento de tributos e sobrepreço, após a paralisação da NSS, foram integralmente esclarecidos pela Concer junto à agência reguladora. Perícias judiciais confirmam que a concessionária é credora da União em mais de R$ 2 bilhões. Devido ao desequilíbrio contratual, negociações ocorrem atualmente entre a Concer e o poder público, lastreadas na Portaria 848 do Ministério dos Transportes, em busca de uma solução consensual que viabilize a conclusão da NSS.

Manter o impasse que impede a conclusão das obras em curto espaço de tempo pode satisfazer ao interesse de alguns, mas com certeza não interessa à sociedade brasileira e, em particular, à fluminense. Estudos apontam que a paralisação da NSS causa prejuízos anuais de aproximadamente R$ 280 milhões, relativos a segurança viária, tempo de deslocamento pela via e consumo de combustível. E, na hipótese de nova licitação, as obras da NSS não seriam retomadas antes de três anos depois de o novo concessionário assumir a rodovia.

A Concer reúne todas as condições para reiniciar imediatamente as obras da NSS sem depender do Tesouro Nacional. Além do projeto executivo certificado, já detém todas as licenças ambientais — o que torna a repactuação da concessão uma saída mais rápida e menos onerosa para a sociedade.

Carlo Alberto Bottarelli é presidente da Triunfo Participações e presidente do conselho da Concer